

1 - Maria, residente em Ribeirão Preto/SP, é sócia-proprietária de uma fábrica que produz e comercializa bolos e doces (nome fantasia ADOCICA), cuja receita bruta anual é de cerca de R\$ 200.000,00 e está sediada em Franca/SP. A ADOCICA foi autuada pela Receita Federal do Brasil por suposto recolhimento a menor de Imposto de Renda, lançando-se crédito tributário no valor de R\$ 30.000 (trinta mil reais). Todos os recursos administrativos foram interposto, mas o crédito tributário foi mantido. Pretende-se, agora, buscar a anulação do crédito tributário na via judicial. Diante do caso narrado, identifique a vara competente, as partes e seus eventuais representantes processuais.

2 - Jorge, residente em Sertãozinho/SP, decidiu a adquirir uma nova televisão para acompanhar os jogos da Copa do Mundo, dirigiu-se ao Ribeirão Shopping, em Ribeirão Preto/SP, e comprou na loja SLOW uma Smart TV OLED 50 polegadas fabricada pela GL pelo valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).. O produto foi entregue em sua casa alguns dias depois e durante o jogo do Brasil contra a Bélgica a imagem da TV sumiu e não voltou mais. No dia seguinte, Jorge deixou o produto na assistência técnica autorizada REPARUS. Passados quase dois meses sem que o produto tivesse sido reparado ou substituído, Jorge resolveu procurar seus direitos e ingressar com ação judicial. Qual a(s) vara(s) competente(s) para julgar essa ação?

3 - A Clínica RESSONARE, especializada em diagnóstico por imagem e sediada no Município de Campinas/SP, contratou com a empresa IBAGENS, sediada em São Paulo-SP, a aquisição de um aparelho de ressonância magnética no valor de R\$ 5.000.000,000 (cinco milhões de reais) que ela importa e comercializa no Brasil. O contrato previa que qualquer discussão dele decorrente seria dirimida na comarca de São Paulo-SP. Após vários problemas com o aparelho, a RESSONARE decidiu ingressar com ação judicial para obter a restituição do valor pago e indenização. No decorrer da instrução processual, a RESSONARE arrolou o técnico Roberto, residente no Rio de Janeiro-RJ, como sua testemunha. Pergunta-se: qual a vara competente para o processamento e julgamento da ação em discussão? Jorge precisará comparecer até a vara competente (indicada na primeira pergunta) para prestar seu depoimento ou há outro instrumento processual para que esse seja colhido? Em havendo tal procedimento, qual a vara competente para seu processamento?

4 - O Vice-Presidente do Brasil, em razão de suposto mal-estar súbito, acabou atropelando e matando uma pessoa enquanto trafegava com seu automóvel pelas ruas de Brasília. No carro se encontravam também a esposa do Vice-Presidente e Teresa, à época babá de seu filho, mas que foi demitida e voltou a residir em Porto Alegre-RS. A quem compete processar e julgar o Vice-Presidente pelo referido crime? Considerando que a denúncia foi recebida e que Teresa foi arrolada como testemunha, ela precisará comparecer no Juízo competente (indicado na primeira pergunta) para prestar seu depoimento ou há outro instrumento para que esse seja colhido? Em havendo tal procedimento, qual a vara competente para seu processamento?

5 - No âmbito da Operação Hefeto, em que se investiga crime de caixa dois praticado pelo governador do Acre e com participação de diretores da empreiteira Plumbers, o MPF e a PF notaram indícios de que o governador mantinha conta em nome de terceiros na Suíça, na qual estaria depositado o dinheiro da propina. É possível às autoridades competentes solicitar a quebra do sigilo fiscal no exterior? Se sim, qual o meio processual para alcançar esse objetivo e como, de forma geral, se dá seu procedimento?

Considerando que um dos diretores da empreiteira investigados é Mário, cidadão italiano e que fugiu para a Sicília assim que a operação foi deflagrada, ele pode ser réu na ação e processado pela justiça brasileira?